



Aprovado na reunião da CACDLG de 30 de novembro de 2022, na ausência do PAN e do L, nos seguintes termos:

Aprovado por unanimidade: MAI, IGAI, CG-GNR e DN-PSP e MAAP

Rejeitado, com votos contra do PS, abstenção do PSD e a favor dos restantes, audiência presencial dos Sindicatos e Associações Sócio Profissionais da PSP e da GNR

(aprovada proposta do PSD de consulta escrita dessas Entidades com votos a favor do PS e do PSD, contra do CH e do PCP e a abstenção da IL)

Exmo. Senhor Presidente da Comissão
Parlamentar de Assuntos Constitucionais,
Direitos, Liberdades e Garantias,

Deputado Fernando Negrão

Assunto: Audição do Ministro da Administração Interna, da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, da Inspectora-Geral da Administração Interna, do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, do presidente da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) e do presidente da Associação dos Profissionais da Guarda (APG-GNR).

No dia 16 de novembro de 2022, um Consórcio de Jornalistas de Investigação denunciou, através da comunicação social, a existência de mensagens racistas, xenófobas, misóginas e de incitamento ao ódio alegadamente por parte de forças e serviços de segurança, essencialmente na rede social Facebook, o que, a confirmar-se, configura crimes públicos.

O referido Consórcio de Jornalistas de Investigação teve acesso a 3090 publicações e comentários e identificou 591 indivíduos, alegadamente responsáveis pelas mensagens: 295 militares da GNR e 296 agentes da PSP.¹

De acordo com uma notícia veiculada no seminário Expresso, em causa estão "grupos fechados de Facebook onde operacionais das forças de segurança portuguesas se exprimem à vontade. Fazem *posts*, trocam mensagens e escrevem comentários racistas, xenófobos, misóginos, homofóbicos ou ciganofóbicos".

Este tipo de comportamentos reveste-se sempre de enorme gravidade por si, no entanto, quando as condutas são praticadas por forças e serviços de segurança não só assumem maior gravidade, como coloca em causa a confiança e a credibilidade de toda uma instituição.

¹<https://expresso.pt/revista/2022-11-17-Racismo-nas-policias-como-o-caso-das-agressoes-na-esquadra-de-Alfragide-destdo-apou-uma-realidade-incomoda-c070f0b4>



Apesar de já ter sido instaurado um processo de investigação por parte da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), é fundamental ouvir não só esta entidade, como o Ministro da Administração Interna de forma a esclarecer as situações que vieram a público, apurar responsabilidades e apresentar soluções estruturais.

Além disso, mostra-se fundamental ouvir o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana e as associações sindicais e representantes dos trabalhadores.

Por fim, e uma vez que todas estas situações têm por base atos discriminatórios, de racismo, xenofobia e misoginia, pretende-se ainda ouvir em audição a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, para que sejam prestados esclarecimentos e apresentadas soluções.

Face ao exposto, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, a Deputada Única do Pessoas-Animais-Natureza (PAN) vem por este meio requerer a Vossa Ex.^a a audição urgente do Ministro da Administração Interna, da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, da Inspetora-Geral da Administração Interna, do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, do presidente da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) e do presidente da Associação dos Profissionais da Guarda (APG-GNR) para que sejam prestados os necessários esclarecimentos sobre a situação em apreço.

Palácio de São Bento, 18 de novembro de 2022.

A Deputada,

Inês de Sousa Real